



gestão de ativos
sgoic

IMGA

DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA

FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

RELATÓRIO E CONTAS

2022

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO.....	9
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE	10
ERROS DE VALORIZAÇÃO	11
EVENTOS SUBSEQUENTES.....	11
NOTAS INFORMATIVAS.....	12
ANEXOS.....	15
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	
• DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA	
• RELATÓRIO DE AUDITORIA	

Relatório de Gestão



Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 22 de julho de 2013 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, tendo em 2015 alterado a sua denominação de Millennium Global Bond Selection para IMGA Global Bond Selection, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

No sentido de aproximar a designação comercial à sua Política de Investimento e facilitar uma mais correta perceção do risco, alterou a sua denominação em 11 de janeiro de 2018, passando a denominar-se IMGA Dívida Pública Europeia.

A Categoria R de Unidades de participação deste Fundo passou a estar disponível para comercialização a partir de 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 3 de maio de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

O ano de 2022 encerrou com perdas generalizadas nas diferentes classes de ativos, desde o segmento de maior risco aos mais defensivos do universo de rendimento fixo, em forte contraste com as valorizações registadas em finais de 2021, originadas pelas políticas monetárias expansionistas e o otimismo sobre a extinção da pandemia.

As rendibilidades negativas deste ano estiveram alicerçadas quer na deterioração dos fundamentais económicos, quer no comportamento ascendente das taxas de juro. As perspetivas para a atividade económica em 2022 já apontavam para uma desaceleração do ritmo de crescimento, uma tendência que se reforçou perante as implicações económicas da invasão russa à Ucrânia e a necessidade de os bancos centrais confrontarem os níveis mais elevados da inflação desde as décadas de 70/80, através do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde então.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi ascendente, fruto do incremento das taxas reais quer nos EUA quer na Alemanha, que atingiram máximos desde 2009 e 2014, respetivamente, e contribuíram decisivamente para a variação anual da taxa de juro nominal com maturidade a 10 anos de 236 pontos base nos EUA (para 3,87%) e de 275pb na Alemanha (para 2,57%). A agressividade do ciclo de subida de taxas no curto-prazo significou incrementos mais pronunciados das taxas de juro com maturidades mais curtas, o que deu origem à inversão das respetivas curvas de rendimentos.

O término do programa de compras do Banco Central Europeu (BCE) e a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs comprometeram as estratégias de *carry* e contribuíram para a ocorrência de alargamentos dos diferenciais de taxa de juro da periferia face à Alemanha. O spread de Itália no prazo a 10 anos alargou 79pb, tendo os diferenciais de custo de financiamento de Portugal e de Espanha registado acréscimos de 37 e de 35pb, respetivamente.

A perceção de deterioração dos fundamentais assumiu um papel determinante no desempenho das classes de maior risco. Mais especificamente, apesar de as estimativas de crescimento dos resultados empresariais não terem sofrido revisões em baixa significativas no decorrer de 2022, o acréscimo dos custos de financiamento e a expectativa de incremento dos incumprimentos e de queda dos resultados contribuíram para desvalorizações algo significativas na classe acionista e para o alargamento dos spreads da dívida empresarial.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia, tipicamente mais expostos ao risco de taxa de juro. A combinação de taxas de juro mais elevadas com os fortes alargamentos de spread ocorridos significou rendibilidades negativas da dívida empresarial *investment grade* (-13,7% na Europa).

Os segmentos dotados de maior risco de crédito, como o de *high-yield* entregaram igualmente rendibilidades negativas em 2022 (-10,6%). Pese embora os níveis historicamente reduzidos de incumprimentos, a expectativa de deterioração dos fundamentais e a subida dos custos de financiamento na Europa contribuíram para a ocorrência de alargamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram máximos desde a crise pandémica. O contributo da subida das taxas de juro foi igualmente negativo para a rendibilidade deste segmento, embora comparativamente inferior ao contributo para o *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado desvalorizações superiores a 13% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve igualmente pressionado em 2022, fruto da atuação restritiva dos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, da valorização do dólar dos EUA e mais especificamente do sentimento de aversão ao risco que imperou nos mercados financeiros ao longo do ano. A rendibilidade negativa deste segmento deveu-se igualmente ao contributo negativo da componente de taxa de juro e ao alargamento dos respetivos *spreads*, que originaram perdas superiores a 20% em 2022. A fragilidade económica da China contribuiu igualmente para o acréscimo dos níveis de volatilidade do universo. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spreads* e rendibilidades negativas no ano (-16%), embora menos pronunciadas que as da dívida soberana.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2022 foi negativa, associada à já referida perceção de deterioração dos fundamentais, ao seu impacto esperado nos resultados empresariais e à esperada compressão das margens operacionais num ambiente de inflação ainda elevada e de menor capacidade de definição de preços num ambiente macroeconómico mais desfavorável.

Não obstante, a evolução das valorizações da classe acionista não foi determinada, em 2022, pela evolução dos resultados, que exibiram um crescimento, mas sim pelo ajuste ocorrido nos múltiplos de mercado. A evolução destes refletiu o acréscimo verificado nas taxas de juro, o sentimento de maior aversão pelo risco e as condições financeiras mais desafiantes. A correção dos múltiplos incidiu principalmente sobre os títulos com maior prémio, como os títulos com maior efeito de duração como o estilo *growth*, em que se inserem vários títulos do setor de tecnológicas. Em oposição, os estilos com enviesamentos *dividend yield* e *value* estiveram em destaque pela positiva, em termos relativos.

A dispersão de rendibilidades foi considerável, perceptível pela valorização de 2,8% do índice português PSI (+2,8%) e pelo britânico FTSE 100 (+0,9%), fruto das respetivas composições setoriais com enviesamento *value*. O destaque pela negativa na Europa foram as praças holandesa (-13,7%) e alemã (-12,3%), reflexo da sua natureza mais cíclica e das implicações da crise energética. Nos EUA, o S&P500 perdeu 19,4%, com o setor imobiliário, de tecnológicas e de retalho entre os mais frágeis, em larga medida em resultado das subidas das taxas de juro e das perspetivas económicas mais pessimistas. Inversamente, seguradoras, bancos e setores defensivos como de saúde e farmacêutico estiveram em destaque pela positiva em 2022. Os índices de menor capitalização bolsista registaram perdas em média superiores aos de maior capitalização, quer na Europa quer nos EUA.

Em termos agregados o índice MSCI World desvalorizou 19,5% (em dólares), com os índices de mercados emergentes entre os mais penalizados (-22,4%), contando também aqui com elevada dispersão (valorização do índice brasileiro e quebra acentuada dos índices da China).

A atuação mais proeminente da Fed, a respetiva subida de taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco constituíram um ambiente favorável para o dólar dos EUA, particularmente contra a divisa nipónica (+13,9%) e ao euro (6,2%), que fizeram mínimos plurianuais. As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 5%.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo em 2022 (+16,1%), não obstante a trajetória ascendente do dólar. Os metais industriais e a madeira estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos bens agrícolas e do segmento energético.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA

A 25 de janeiro o fundo IMGA Retorno Global alterou a sua política de investimento, bem como a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio foi constituída a Categoria R para o fundo IMGA Liquidez.

INCLUSÃO DE NOVA ENTIDADE COMERCIALIZADORA

A 24 de outubro foi incluída a Caixa Central Crédito Agrícola como nova entidade comercializadora dos fundos IMGA Alocação Defensiva e IMGA Investimento PPR/OICVM.

IMGA PME FLEX

A 15 de novembro iniciou-se a comercialização da Categoria I de Unidades de Participação do fundo IMGA PME Flex. O Fundo iniciou a atividade a 2 de janeiro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO IMGA FINANCIAL BONDS 3Y, 2,25%, Série I

A 27 de dezembro de 2022 foi autorizada, pela CMVM, a constituição do fundo IMGA Financial Bonds, 3 Y, 2,25%, Serie I, fundo aberto de duração limitada, a ser distribuído através do Millennium BCP e da Caixa Central Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo iniciou a comercialização a 2 de janeiro de 2023.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Em outubro foram efetuadas alterações em todos os Prospetos dos fundos (com exceção dos fundos Ibéria), com a atualização do processo de adaptação dos mesmos em matéria de sustentabilidade e enquadrando-os no artigo 8º da regulamentação SFDR.

Ao longo do ano de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril e 30 de agosto foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

A 2 de dezembro, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores («CNMV»), das notificações para comercialização, numa base transfronteiriça, dos fundos IMGA European Equities, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Money Market, IMGA Global Equities Selection, IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Ações América, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desses fundos junto dessa Autoridade Competente espanhola.

IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PRIIPs

A 30 de dezembro, de forma a adaptar a documentação pré-contratual à entrada em vigor da Regulamentação PRIIPs (*Packaged Retail Investment and Insurance Products*) para os Fundos de Investimento, foi elaborado e divulgado um novo documento de informação pré contratual (DIF – Documento de Informação Fundamental) que substituiu o IFI (Informações Fundamentais para o Investidor) para todos os Fundos de Investimento abrangidos por esta regulamentação.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

O fundo Almond Tree Private Equity Fund – FCR iniciou a 8 de setembro a sua atividade.

A 28 de dezembro realizou-se um aumento de capital no fundo Capitalves, FCR.

ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DO AUDITOR EXTERNO

Com efeitos a 1 de julho, a Mazars & Associados – SROC, SA passou a ser representada pelo Sr. Dr. Pedro Miguel Pires de Jesus, na qualidade de auditor externo da IM Gestão de Ativos – SGOIC, SA e Auditor dos OIC geridos pela Sociedade.

Desempenho dos Fundos de Obrigações

A categoria de Fundos de Obrigações em 2022 foi prejudicada pela performance negativa dos principais mercados mundiais, que tiveram rendibilidades entre -11,2% nas obrigações *high yield* americanas e -22,9% nas obrigações indexadas à inflação, as quais não registavam perdas desde o ano de 2018.

Neste ambiente pouco profícuo, a categoria de fundos de investimento de obrigações em Portugal registou uma variação negativa de 12% (€315M) dos ativos sob gestão, ligeiramente inferior às restantes classes de fundos. A rendibilidade negativa dos fundos provocada pelo grande aumento das taxas de juros levou à perda dos ativos geridos, sendo de destacar que o efeito de mercado, no valor de aproximadamente €200M, foi a principal razão para esta variação.

Na IMGA, os fundos desta categoria contribuíram com uma perda de €223M, com uma parte substancial atribuída aos fundos de taxa indexada que, não obstante serem os de menor variabilidade no valor da UP, são também os que maior volume ocupa nesta categoria. As vendas líquidas nesta categoria foram negativas em €172M, tendo a perda por efeito de mercado totalizado €51M.

O fundo de obrigações IMGA Retorno Global foi redenominado e alterado para o fundo multiativo IMGA Alocação Defensiva em 25 janeiro de 2022, tendo assim contribuído como detrator de ativos sob gestão da categoria de fundos de obrigações com €15,3M à data da alteração.

A rendibilidade anual variou entre -3,9% no fundo IMGA Euro Taxa Variável e -12,5% no fundo IMGA Dívida Pública Europeia, que evidencia na sua performance negativa o efeito da subida das taxas de juro das diversas obrigações de dívida pública na Europa promovida pelos bancos centrais, num último recurso para controle da inflação causada pela guerra na Ucrânia e pela Covid-19.

No final do ano, a IMGA detinha nesta categoria de fundos de investimento uma carteira de €676M, repartida pelos 6 fundos nas diferentes componentes de obrigações.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	-3,91%	1,20%	2	-1,33%	1,74%	2	-0,84%	1,43%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	-3,96%	1,20%	2	-	-	-	-	-	-
CA RENDIMENTO	-4,94%	1,55%	2	-1,96%	2,37%	3	-1,23%	1,94%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	-7,12%	2,45%	3	-2,44%	2,84%	3	-1,38%	2,28%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	-7,06%	2,44%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	-12,46%	4,92%	3	-4,66%	4,39%	3	-1,89%	3,96%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	-12,46%	4,93%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	-10,92%	4,29%	3	-4,41%	5,15%	4	-1,84%	4,16%	4
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R	-10,94%	4,28%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA RENDIMENTO MAIS	-10,44%	4,10%	3	-3,82%	3,93%	3	-2,13%	3,16%	3

O IMGA Fixed Income CAT I não tem rendibilidade a 1 ano.
Fonte: IMGA a 31 de dezembro de 2022

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2022 foi caracterizado pela crise geopolítica originada pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e o consequente aumento dos preços energéticos e alimentares, tendo efeitos adversos sobre a inflação que assumia à data um caráter transitório, mas que se tornou mais permanente.

A recuperação económica que estava em curso no mundo após a pandemia agravou as pressões inflacionistas pelo que os Bancos Centrais, no âmbito do seu mandato, tiveram de agir, terminando os programas de estímulos à economia, com o fim dos programas de compras e o aumento das taxas de juro. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram mais rapidamente que o esperado, com a curva temporal a fazer uma inversão devido aos receios de uma recessão económica futura.

No mercado obrigacionista de dívida privada os acontecimentos descritos anteriormente traduziram-se no aumento dos *spreads* do segmento *Investment Grade*, tanto na Europa como nos EUA. Os riscos de uma possível recessão económica devido ao ritmo elevado de subida das taxas de juro pelos bancos centrais, no sentido de controlar a inflação, poderá comprometer o crescimento económico. Adicionalmente, a política de tolerância zero à Covid seguida pela China comprometeu o seu crescimento económico com impactos a nível mundial.

No contexto descrito anteriormente e durante o ano de 2022 a estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Dívida Pública Europeia assentou numa gestão ativa do risco de taxa de juro da Alemanha e do risco de crédito soberano da Europa Periférica, tendo em conta a dimensão do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, o aumento acentuado da inflação e a retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais. Devido à forte subida das taxas de juro, o Fundo geriu de forma conservadora a sua exposição a Portugal, Espanha e Itália, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro e no risco de crédito soberano a remunerações mais atrativas e em maturidades de curto e médio prazo.

Com os dados macroeconómicos nos EUA e na Europa a apontarem para um cenário de inflação persistente e os bancos centrais dos EUA e da Europa a realizarem a subida das taxas de juro de referência, o Fundo manteve os seus níveis de duração *core* reduzidos durante o ano de 2022, com coberturas parciais do risco de taxa de juro e através de redução de investimento em maturidades mais longas. Adicionalmente devido ao anúncio do fim do programa de compras de dívida pública do BCE, o investimento centralizado em dívida pública periférica foi ajustado para níveis inferiores e maturidades mais curtas devido aos receios de um potencial alargamento das curvas dos *spreads* dos soberanos periféricos. O investimento em dívida pública *core*, nomeadamente dívida da União Europeia, assumiu uma maior importância estratégica na gestão do Fundo.

Durante o ano o Fundo reduziu os seus níveis de duração periférica. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, acabou por ter impacto positivo na performance do Fundo durante o ano de 2022.

O desempenho do Fundo em 2022 foi influenciado pelos aumentos significativos dos prémios de risco de crédito soberano da Europa Periférica, nomeadamente Portugal, Espanha e Itália, e pela subida das taxas de juro sem risco. A participação ativa no mercado primário de obrigações de governos para captar o prémio de risco e a sua monetização em mercado secundário foi ajustada para níveis mais baixos devido à volatilidade das taxas de juro.

A Categoria A do IMGA Dívida Pública Europeia apresentou em dezembro de 2022 uma rentabilidade a 1 ano de -12,5%, tendo atingido um valor líquido global de €11,2M, inferior em 29,6% face aos €15,9M de dezembro de 2021. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas negativas de €3M, com subscrições de €0,2M e resgates de €3,2M.

Relativamente à Categoria R do Fundo, a rentabilidade a 1 ano foi de -12,5% no final do ano, não tendo atingido valores expressivos em termos de valor líquido global.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2022
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	300.457	154.159	3
Administradores independentes	40.080	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	31.000	-	3
COLABORADORES			
Colaboradores	1.839.881	259.709	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2022.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €31.980.

Em 2022 foi ainda pago o montante de €2.500 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Erros de Valorização

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre o termo do exercício e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto IMGA Dívida Pública Europeia

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 22 de julho de 2013

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -

- Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira em 31 dezembro de 2022: 11 171 M Euros

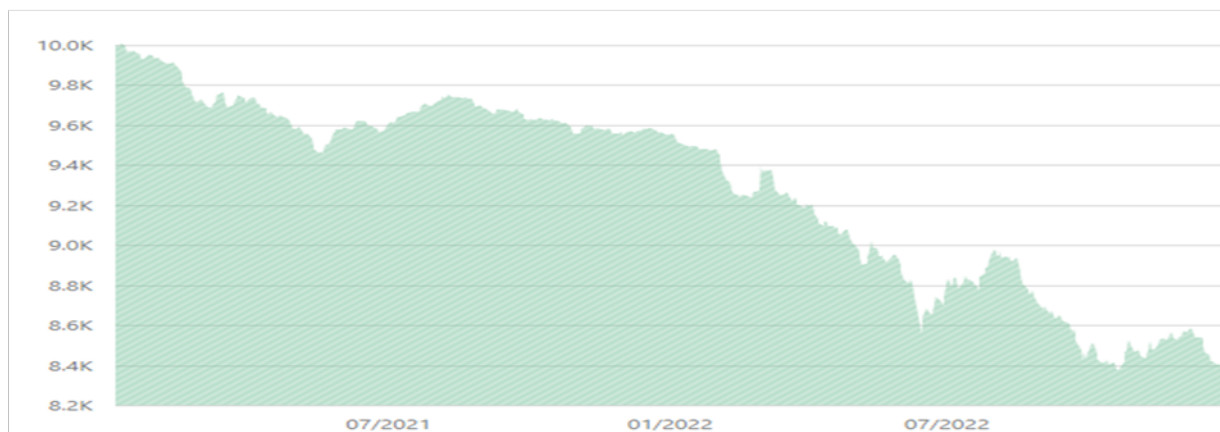
EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A										
Rendibilidade	n/a	2,0%	-1,2%	1,7%	-0,1%	-1,8%	6,8%	3,6%	-4,4%	-12,5%
Risco (nível)	n/a	1	2	3	2	2	3	4	3	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R										
Rendibilidade										-12,5%
Risco (nível)										3

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em ativos de taxa fixa, procurando prevenir a adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos dentro da zona euro. O OIC deterá, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Para a realização desta política, o OIC investirá, direta ou indiretamente, os seus capitais em obrigações, com distintos graus de subordinação, de taxa fixa, de taxa variável, obrigações hipotecárias ou resultantes da titularização de créditos e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente, predominantemente expressos em euros, emitidos por entidades privadas ou emitidos ou garantidos por um Estado Membro da OCDE, por Entidades Supranacionais ou por organismos internacionais de carácter público. O OIC deverá ter no mínimo 50% do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações de taxa fixa. O OIC poderá investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, até ao limite máximo de 10% do seu valor líquido global, podendo exceder este limite desde que em simultâneo efetue, para o excesso, a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado, nos termos do Prospeto. O OIC pode utilizar instrumentos financeiros derivados para exposição adicional sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 10% do seu valor líquido global.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A					
	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação	660 809,6282	1 988 826,1071	3 324 763,3451	3 012 838,9389	2 417 465,6726
Valor Unitário UP (Euros)	4,9902	5,3314	5,5218	5,2780	4,6203
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R					
	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação				200,4009	423,8246
Valor Unitário UP (Euros)				4,9853	4,3643

CUSTOS E COMISSÕES

		Unidades: milhares €							
		2022		2021		2020		2019	
Mercado	Região	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	483	0,0	261	0,0	2 261	0,1	709	0,0
Mercados União Europeia	Alemanha	2 284		2 211		1 629		1 357	
	Austria					164		163	
	Bélgica	1 329		565		798		224	
	Chipre	314		592		258		319	
	Espanha	1 741		2 477		2 333		1 541	
	França	1 366		2 674		3 066		594	
	Irlanda	318		417		440		361	
	Países Baixos	448							
	Itália	1 741		4 109		4 394		2 547	
	Finlândia			509		106		225	
	Grécia	473		764		862		445	
	Eslovaca (Republica)					224		211	
	sub-total	10 014	1,2	14 320	0,9	14 273	0,4	7 987	0,2
Outros Mercados	Chile			393					
	sub-total	0	0,0	393	0,0	0	0,0	0	0,0
Total		10 497	1,2	14 974	0,9	16 534	0,5	8 696	0,2

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

31.12.2022	
Valores mobiliários	10 496 607,49
Saldos bancários	412 953,43
Outros ativos	291 561,34
Total dos ativos	11 201 122,26
Passivos	30 016,69
Valor Líquido de Inventário	11 171 105,57

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)							
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros comidos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	508 653	-	25 958	482 695	2 184	484 879	5%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	11 517 184	-	1 816 879	9 700 306	21 254	9 721 559	92%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	349 073	-	35 466	313 607	-	313 607	3%
TOTAL	12 374 909	-	1 878 302	10 496 608	23 438	10 520 045	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)	
Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	75 013
As mais-valias de investimentos	3 010 742
Custos	
Custos de gestão	(124 232)
Custos de depósito	(6 538)
Outros encargos, taxas e impostos	(18 411)
As menos-valias de investimentos	(4 716 964)
Custos de negociação	(2 030)
Lucro líquido	(1 782 419)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	204 793
Resgates	(3 154 025)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)				
	IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A		IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2020	18 358 421,79	5,5218		
31.12.2021	15 901 757,19	5,2780	999,04	4,9853
31.12.2022	11 169 255,90	4,6203	1 849,67	4,3643

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Descritivo	31.12.2021	Compras	Vendas	+/- Valias	(Valores em Euro)
					31.12.2022
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(5 786 945)	-	(2 398 055)	424 512	(8 185 000)
Operações Sobre Cotações					

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2022

.....→
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA

Índice

BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

		ATIVO			PASSIVO			
Código	Designação	31-12-2022		31-12-2021		Períodos	31-12-2022	31-12-2021
		Bruto	Mv	nm/P	Líquido			
	Outros Ativos							
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM							15 065 195
33	Ativos Intangíveis das SIM						1 299 744	1 273 224
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>						(435 662)	423 538
	Carteira de Títulos							
21	Obrigações	12 374 909		(1 878 302)	10 496 607	14 974 178		
22	Ações							
23	Outros Títulos de Capital							
24	Unidades de Participação							
25	Direitos							
26	Outros Instrumentos da Dívida							
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	12 374 909		(1 878 302)	10 496 607	14 974 178		
	Outros Ativos							
31	Outros ativos							
	<i>Total de Outros Ativos</i>							
	Terceiros							
411+...+418	Contas de Devedores	268 123			268 123	500 560	15 643	95 073
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	268 123			268 123	500 560	10 947	14 531
	Disponibilidades							
	^a Depósitos à Ordem							
12	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	412 953			412 953	506 830	27 864	112 045
13	Certificados de Depósito							
14	Outros Meios Monetários							
18	<i>Total das Disponibilidades</i>	412 953			412 953	506 830	2 153	2 153
	Acréscimos e diferimentos							
51	Acréscimos de Provetos	23 438			23 438	35 386		
52	Despesas com Custo Diferido							
53	Outros acréscimos e diferimentos	0			0	0		
59	Contas transitorias ativas							
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	23 438			23 438	35 386	2 153	2 153
	TOTAL DO ATIVO	13 079 424		(1 878 302)	11 201 122	16 016 954	11 201 122	16 016 954
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO							
	Valor Unitário da Unidade - Participação - Classe A						4 6203	5 2780
	Valor Unitário da Unidade - Participação - Classe R						4 3643	4 9953

(valores em Euro) EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021			31-12-2022	31-12-2021
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros	8 185 000	5 786 945
	<i>Total</i>				<i>Total</i>	8 185 000	5 786 945
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS				TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	8 185 000	5 786 945
	<i>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</i>			99	<i>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</i>		
99		8 185 000	5 786 945	99			

Demonstração de Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

		CUSTOS E PERDAS		PROVEITOS E GANHOS	
		Períodos		Períodos	
Código	Designação	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Custos e Perdas Correntes					
711+718	Juros e Custos Equiparados				
719	De Operações Correntes			75 013	111 371
722+723	De Operações Extrapatrimoniais				94
724+...+728	Comissões e Taxas	2 090	1 304		
729	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	133 128	178 773		
732+733	De Operações Correntes	2 225 428	953 104		28 603
731+738	De Operações Extrapatrimoniais				
739	Perdas em Operações Financeiras	2 491 536	1 830 561		
7411+7421	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos				
7412+7422	Outras Operações Correntes				
7418+7428	Outras Operações Extrapatrimoniais				
751	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	11 747	15 800		
77	Impostos Indirectos				
	Outros impostos				
	Provisões do Exercício				
	Provisões para Encargos				
	Outros Custos e Perdas Correntes	4 305	4 305		
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	4 868 174	2 983 847		
79	Outros custos e perdas das SIM				
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				
Custos e Perdas Eventuais					
781	Valores Incobráveis				
782	Perdas Extraordinárias				
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				
788	Outros Custos e Perdas Eventuais				
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	4 868 174	2 983 847	1 782 419	859 200
	TOTAL			4 868 174	2 983 847
Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos					
(8 ^a 2/3 /4/5) / (7 ^a 2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(2 073 772)	(814 434)		
8 ^a 9 - 7 ^a 9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	440 533	154 018	(1 770 672)	(843 400)
B-A	Resultados Correntes	(1 782 419)	(659 200)	(1 782 419)	(659 200)
	Total dos Resultados				
	Resultado Líquido do Período (se<0)	1 782 419	859 200	1 782 419	859 200
	TOTAL	1 782 419	859 200	1 782 419	859 200
	Resultado Líquido do Período (se<0)	1 782 419	859 200	1 782 419	859 200
	TOTAL	1 782 419	859 200	1 782 419	859 200

Demonstração de Fluxos de Caixa

.....→

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		204 793		5 342 172
Subscrição de unidades de participação	204 793		5 342 172	
...				
PAGAMENTOS:		3 233 455		6 847 354
Resgates de unidades de participação	3 233 455		6 847 354	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(3 028 661)		(1 505 182)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		7 935 564		15 395 968
Venda de títulos e outros ativos	7 865 989		15 284 329	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	69 575		111 639	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		5 508 871		15 987 672
Compra de títulos e outros ativos	5 506 342		15 986 154	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	1 160		910	
Outras taxas e comissões	51		394	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 317		215	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		2 426 693		(591 704)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		8 239 073		5 836 614
Juros e proveitos similares recebidos	0		113	
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	2 851 943		1 844 387	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	1 008 935		888 699	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	4 378 195		3 103 416	
PAGAMENTOS:		7 581 692		6 292 025
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	2 427 431		1 830 561	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	876 565		1 101 919	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	4 277 696		3 359 545	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		657 381		(455 410)

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários				
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		149 290		195 954
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	1		0	
Comissão de gestão	133 078		175 256	
Comissão de depósito	7 003		9 224	
Taxa de supervisão	2 078		2 619	
Impostos e taxas	7 129		8 855	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(149 290)		(195 954)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(93 877)		(2 748 251)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		506 830		3 255 081
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		412 953		506 830

Notas às Demonstrações Financeiras

.....→
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Dívida Pública Europeia – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 30 de maio de 2013, tendo iniciado a sua atividade em 22 de julho de 2013. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em ativos de taxa fixa, procurando prevenir adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos dentro da zona euro.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O Património do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal. Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação foi de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2021	Subscrições				Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
		Subscrições		Resgates							
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R						
Valor base	15 065 195	202 281	1 115	(3 179 147)	-	-	-	-	-	12 089 443	
Diferença p/Valor Base	1 273 224	1 512	(115)	25 122	-	-	-	-	-	1 299 744	
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultados acumulados	423 538	-	-	-	-	-	(859 200)	-	-	(435 662)	
Resultados do período	(859 200)	-	-	-	-	-	859 200	(1 782 419)	-	(1 782 419)	
SOMA	15 902 756	203 793	1 000	(3 154 025)	-	-	-	(1 782 419)	-	11 171 106	
Nº de Unidades participação											
Categoria A	3 012 839	40 456	-	(635 829)	-	-	-	-	-	2 417 466	
Categoria R	200	-	223	-	-	-	-	-	-	424	
Valor Unidade participação											
Categoria A	5.2780	-	-	-	-	-	-	-	-	4.6203	
Categoria R	4.9853	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3643	

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2022	31-12-22	4.6203	11 169 256	2 417 466	4.3643	1 850	424	11 171 106	2 417 889
	30-09-22	4.6707	11 639 575	2 492 051	4.4159	885	200	11 640 460	2 492 252
	30-06-22	4.8573	12 801 701	2 635 585	4.5894	920	200	12 802 621	2 635 785
	31-03-22	5.0883	14 355 072	2 821 246	4.8049	963	200	14 356 035	2 821 446
Ano 2021	31-12-21	5.2780	15 901 757	3 012 839	4.9853	999	200	15 902 756	3 013 039
	30-09-21	5.3149	16 221 843	3 052 153	5.0208	1 006	200	16 222 849	3 052 354
	30-06-21	5.3005	17 377 180	3 278 417	5.0079	1 004	200	17 378 184	3 278 618
	31-03-21	5.3699	19 184 667	3 572 638	-	-	-	19 184 667	3 572 638
Ano 2020	31-12-20	5.5218	18 358 422	3 324 763	-	-	-	18 358 422	3 324 763
	30-09-20	5.4391	13 341 829	2 452 990	-	-	-	13 341 829	2 452 990
	30-06-20	5.3218	11 438 935	2 149 488	-	-	-	11 438 935	2 149 488
	31-03-20	5.1842	11 683 866	2 253 765	-	-	-	11 683 866	2 253 765

Em 31 de dezembro de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	2
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	1	-
0.5% ≤ UPs < 2%	24	-
UPs < 0.5%	1 025	-
TOTAL	1 050	2

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	5 506 333	-	7 113 643	-	12 619 975	-
Obrigações Diversas	-	-	752 334	-	752 334	-
Contratos de Futuros	-	501 339	11 905	519 757	11 905	1 021 096
Total	5 506 333	501 339	7 877 881	519 757	13 384 214	1 021 096

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	204 793	-
Resgates	3 154 025	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 0.7% 15/10/27	249 528	-	(24 270)	225 258	360	225 617
PGB Float 23/07/25	259 125	-	(1 688)	257 438	1 825	259 262
	508 653	-	(25 958)	482 695	2 184	484 879
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Belgium Kingdom 0% 22/10/31	384 264	-	(79 632)	304 632	-	304 632
BGB 0 1/2 10/22/24	101 353	-	(5 205)	96 148	96	96 244
BGB 0% 22/10/27	380 091	-	(31 211)	348 880	-	348 880
Bonos Y Oblig Del Estado 0% 31/01/28	647 786	-	(93 960)	553 826	-	553 826
BTPS 0.6% 01/08/31	269 916	-	(73 143)	196 773	675	197 448
BTPS 0.95% 15/09/27	935 882	-	(146 348)	789 534	2 506	792 040
BTPS 1.65% 01/12/30	431 496	-	(104 400)	327 096	542	327 638
BUNDES OBLIGATION 0 10/04/26	289 887	-	(13 530)	276 357	-	276 357
BundesRepublic Deutschland 0% 15/02/30	631 292	-	(128 096)	503 196	-	503 196
BundesRepublic Deutschland 0% 15/08/29	102 015	-	(17 160)	84 855	-	84 855
CCTS EU Float 15/10/30	448 851	-	(21 585)	427 266	2 658	429 924
DBR 1% 15/08/25	642 906	-	(66 486)	576 420	2 268	578 688
Deutschland I/L Bond 0.1% 15/04/26	842 849	148 800	(148 722)	842 927	606	843 533
European Union 0% 04/07/31	143 916	-	(28 466)	115 451	-	115 451
European Union 0% 04/10/28	101 992	-	(17 971)	84 021	-	84 021
European Union 0% 04/11/25	195 838	-	(11 404)	184 434	-	184 434
FRTR 0% 25/03/25	409 820	-	(34 048)	375 772	-	375 772
FRTR 0% 25/11/30	822 416	-	(186 712)	635 704	-	635 704
FRTR 0.75 25/11/28	394 012	-	(39 200)	354 812	296	355 108
Hellenic Republic 1.75% 18/06/32	594 746	-	(122 174)	472 572	5 638	478 210
Ireland Government Bond 0% 18/10/31	237 458	-	(45 000)	192 458	-	192 458
IRISH TSY 1.3% 15/05/33	169 761	-	(43 914)	125 847	1 229	127 076
Netherlands Government 0% 15/01/27	474 130	-	(25 695)	448 435	-	448 435
SPGB 0% 31/05/25	267 810	-	(16 605)	251 205	-	251 205
SPGB 0.7% 30/04/32	699 594	-	(157 332)	542 262	3 289	545 551
SPGB 0.8% 30/07/27	378 871	-	(36 366)	342 505	1 283	343 788
SPGB 1% 31/10/50	98 154	-	(46 538)	51 616	167	51 783
	11 097 104	148 800	(1 740 900)	9 505 004	21 254	9 526 258
-Out.Fundos Públicos Equiparados						
European Union 0% 04/10/30	154 555	-	(36 085)	118 470	-	118 470
European Union 0% 07/04/35	116 725	-	(39 894)	76 832	-	76 832
	271 280	-	(75 978)	195 302	-	195 302
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Republic of Cyprus 0% 09/02/26	349 073	-	(35 466)	313 607	-	313 607
	349 073	-	(35 466)	313 607	-	313 607
TOTAL	12 226 109	148 800	(1 878 302)	10 496 608	23 438	10 520 045

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
 - g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
 - h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem

em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

- b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	-	78 673	78 673	51 575	23 438	-	75 013
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	80 126	80 126	-	-	-	-
Taxa de Juro	-	2 851 943	2 851 943	-	-	-	-
Futuros	-						
TOTAL	-	3 010 742	3 010 742	51 575	23 438	-	75 013

(Valores em Euro)

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	1 734 501	490 926	2 225 428	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	64 105	64 105	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	2 427 431	2 427 431	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	114 686	9 546	124 232
de Depósito	-	-	-	6 035	502	6 538
de Supervisão	-	-	-	1 588	272	1 860
de Carteira de títulos	-	-	-	2 030	-	2 030
Outras	-	-	-	499	-	499
TOTAL	1 734 501	2 982 463	4 716 964	124 838	10 320	135 158

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2022 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	11 747	15 800
	11 747	15 800
TOTAL	11 747	15 800

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2022, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
USD	86 312	-	-	-	-	-	86 312
Contravalor Euro	80 922	-	-	-	-	-	80 922

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	(8 185 000)	-	(8 185 000)
de 1 a 3 anos	1 486 344	-	-	-	-	1 486 344
de 3 a 5 anos	3 592 257	-	-	-	-	3 592 257
de 5 a 7 anos	1 077 810	-	-	-	-	1 077 810
mais de 7 anos	3 674 448	-	-	-	-	3 674 448

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	129.190	0,99%	10	0,99%
Comissão de Depósito	6.799	0,05%	1	0,05%
Taxa de Supervisão	1.860	0,01%	0	0,01%
Custos de Auditoria	4.305	0,03%	0	0,03%
Encargos outros OIC	0	0,00%	0	0,00%
Outros Custos Correntes	7.401	0,06%	1	0,06%
TOTAL	149.555		12	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	1,14%		1,14%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 2022

.....→
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMG A Dívida Pública Europeia**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300YD2MDOGUDXAC72**

Código do fundo (CMVM): **1398**

Características ambientais e/ou sociais

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

●● <input type="checkbox"/> Sim	●● <input checked="" type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental : ___% <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE 	<input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social : ___% <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE 	<input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimentos sustentáveis

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMG A, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2022 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, sendo que 70% apresentavam risco baixo ou negligenciável e 30% apresentavam risco médio, não existindo qualquer investimento em ativos considerados com risco alto ou severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental contribuíram em 47% o rating ESG do Fundo, sendo que destes 74% são considerados alinhados com características A/S, dos quais 70% são considerados sustentáveis.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social contribuíram igualmente com cerca de 47% para a notação de rating ESG, com 74% dos ativos do fundo considerados alinhados com características A/S, dos quais 70% são considerados sustentáveis.

Não foram detetadas quaisquer situações de *non-compliance* com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

No quadro abaixo é apresentada a distribuição dos ativos do fundo por nível de rating ESG com a discriminação da classificação ao nível da sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e governação por tipo de ativo.

Notação de Rating ESG: Risco Baixo						
Tipo de Ativo	Rating ESG	Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade Social	Governação	% Ativos	TOTAL
Obrigações Governamentais	Negligenciável	Baixo	Baixo	Negligenciável	23,21%	27,54%
		Baixo	Negligenciável	Negligenciável	4,33%	
	Baixo	Baixo	Baixo	Negligenciável	22,29%	54,09%
		Médio	Baixo	Baixo	15,59%	
		Médio	Médio	Negligenciável	12,20%	
	Médio	Médio	Baixo	Negligenciável	4,00%	12,29%
		Médio	Alto	Médio	5,17%	
		Médio	Alto	Negligenciável	4,27%	
		Médio	Médio	Negligenciável	2,85%	
Depósitos	Médio	n.a.	n.a.	n.a.	6,08%	6,08%

A notação de rating ESG de “Risco Baixo” resulta em cerca de 80% de ativos considerados alinhados com características A/S. Destes cerca de 70% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis, todos eles com rating. De notar apenas são elegíveis para serem considerados como sustentáveis os países cuja notação de rating ESG reflita um risco negligenciável ou baixo, podendo os ativos que apresentem notação “média” ser considerados como alinhados com características A/S, caso não apresentem uma notação de risco alto ou superior nas métricas ambientais e sociais. É dada especial atenção às métricas de governação, obrigando a que os investimentos sustentáveis e/ou alinhados com características A/S tenham risco negligenciável ou baixo nesta componente.

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Sendo a primeira análise efetuada, não é possível realizar comparações face a períodos anteriores.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

- **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

- **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emissores com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emissores se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emissor. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment). Relativamente à dívida soberana, onde este Fundo está maioritariamente investido, é dada especial atenção a métricas sociais e governamentais.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

O alinhamento com estas diretrizes são uma componente essencial para a atribuição das notações de rating a cada país, não sendo uma notação de risco negligenciável, baixo ou médio congruente com situações de não cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emissores que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Não existe divulgação por parte dos governos sobre os indicadores denominados por “principais impactos negativos”. Não obstante a análise dos mesmos dados ou semelhantes está incorporada na notação de rating ESG atribuída a cada país.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022

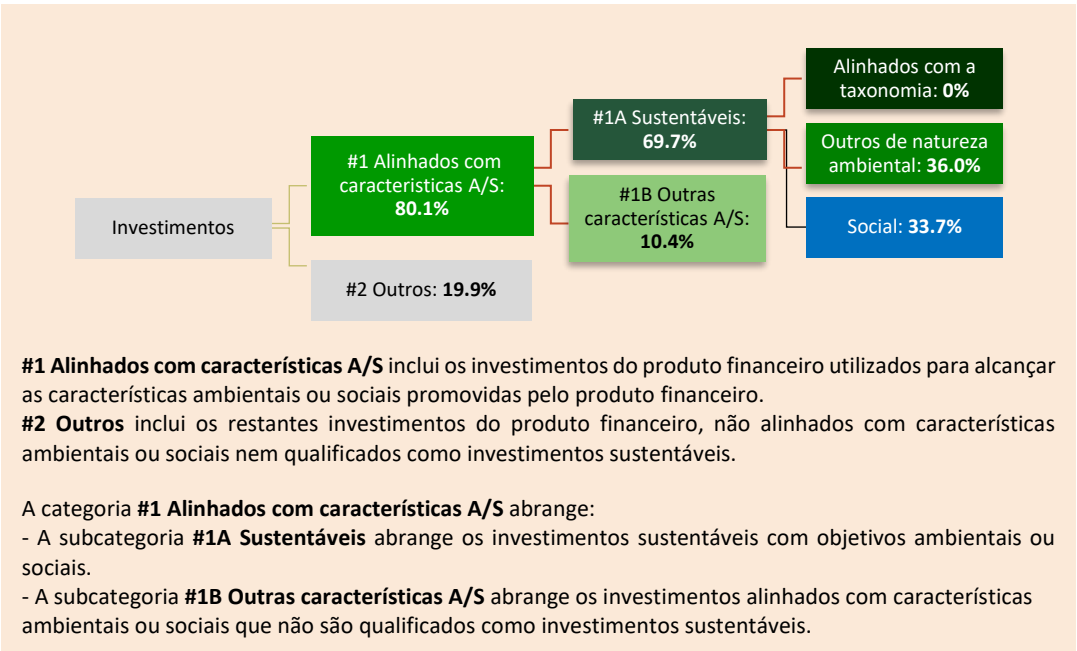
Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
Deustchland I/L Bond 0.1% 15/04/26	Government	7,53%	Alemanha
BTPS 0.95% 15/09/27	Government	7,07%	Itália
FRTR 0% 25/11/30	Government	5,68%	França
DBR 1% 15/08/25	Government	5,17%	Alemanha
Bonos Y Oblig Del Estado 0% 31/01/28	Government	4,94%	Espanha
SPGB 0.7% 30/04/32	Government	4,87%	Espanha
BundesRepublic Deutschland 0% 15/02/30	Government	4,49%	Alemanha
Hellenic Republic 1.75% 18/06/32	Government	4,27%	Grécia
Netherlands Government 0% 15/01/27	Government	4,00%	Países Baixos
CCTS EU Float 15/10/30	Government	3,84%	Itália



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

● Qual foi a alocação dos ativos?

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



Valores em percentagem do ativo do Fundo

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

● **Em que setores económicos foram realizados investimentos?**

Setor	Subsetor	% Ativo
Government	Sovereign	93,92%
Liquidez	Depósito à Ordem	6,08%

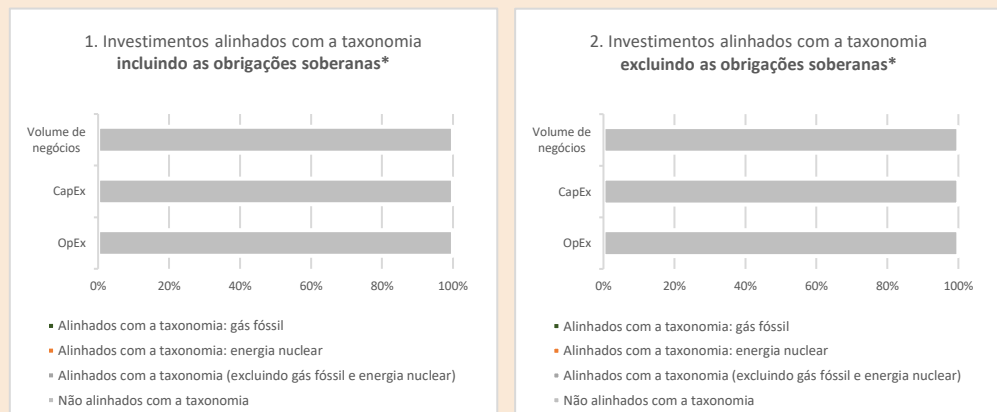


● **Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?**

● **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE¹?**

- Sim:
- Gás fóssil Energia nuclear
- Não

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



* Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

● **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Dada a ausência de informação fornecida pelos governos e instituições em que o Fundo investiu, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 69.7% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 33.7% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e títulos de dívida de países não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos perante a necessidade de informação em matéria ESG ainda não disponível para uma parte muito significativa dos emitentes do universo de investimento em que o Fundo se enquadra.

Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, utilizados para gestão da duração do fundo e, conseqüentemente, exposição ao risco de subida da taxa de juro.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2022

IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Dívida Pública Europeia – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o “OIC”) gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 11 201 122 euros e um total de capital do OIC de 11 171 106 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 782 419 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Dívida Pública Europeia – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela Outra informação. A outra informação compreende o modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2020/852, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado,

concluimos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar relativamente a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

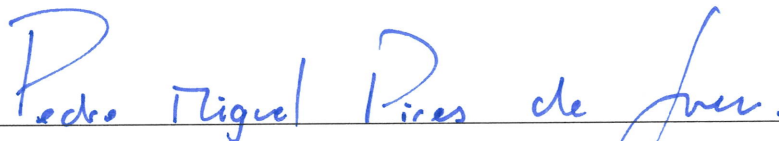
Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;

- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2023



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)